



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Criada pela Resolução Nº 1090/2013 - Órgão Oficial de Publicação do Poder Legislativo de Sete Lagoas/MG

www.setelagoas.mg.leg.br

ANO II - Nº 176 - Sete Lagoas 30/12/2014

MESA DIRETORA (2013/2014)

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO DE SETE LAGOAS

PARLAMENTAR	PARTIDO	CARGO
Márcio Paulino Torres - Lulu	PMN	Presidente
Milton Martins	PSC	1º Secretário
Milton Saraiva	PP	1º Vice-Presidente
Pastor Fabrício	PMN	2º Vice-Presidente
Padre Décio	PP	2º Secretário

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Sete Lagoas, (MG)

Criado pela Resolução nº 1090 de 18 de setembro de 2013.

Edição, impressão e disponibilização:

Secretaria Especial de Comunicação - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Secretaria Executiva - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Procuradoria Geral - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Av. Getúlio Vargas, nº 111 – Centro - Telefone: (31) 3779- 6333

Cópias do Diário do Legislativo podem ser obtidas no portal da Câmara Municipal

Acesso ao Diário Oficial: <http://setelagoas.mg.leg.br> - Autoridade Certificadora SERPRORFB

A Câmara Municipal, por meio da Secretaria Executiva, manterá no saguão da Casa Legislativa, por 30 (trinta) dias, e em arquivo próprio na Secretaria, para consulta, a via impressa do “Diário do Legislativo”.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 044/2014 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 15 HORAS

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze às quinze horas, no Plenário Deputado Wilson Tanure, realizou-se a reunião ordinária, da qual lavrou-se a presente ata. O Senhor Presidente vereador Márcio Paulino declarou aberta a presente reunião, confirmando quórum mediante a constatação da presença dos seguintes vereadores: Alcides Longo de Barros, Cláudio Henrique Nacif Gonçalves, Dalton Antônio de Avelar Andrade, Décio Márcio Majela Abreu, Euro de Andrade Lanza, Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento, Ismael Soares de Moura, Joaquim Gonzaga Barbosa, João Evangelista Pereira de Sá, Jeferson Douglas Soares Estanislau, Marcelo Pires Rodrigues, Márcio Paulino da Silva Torres, Marli Aparecida Barbosa, Milton Maurício Martins, Milton Luiz Saraiva e Renato Gomes. Ausência: Gilberto Pereira da Silva. Em cumprimento ao dispositivo regimental, por determinação do Senhor Presidente, o vereador Joaquim Gonzaga Barbosa, fez a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. O Senhor Presidente consultou o Plenário se havia necessidade da leitura da ata da reunião anterior. A mesma foi aprovada, com dispensa da leitura. Na sequência, o Senhor Presidente solicitou ao 1º Secretário MILTON MAURÍCIO MARTINS, que fizesse a leitura das correspondências enviadas a esta Casa. Foi feita a leitura do informativo da Secretaria desta Casa, informando que a Prefeitura Municipal protocolou as seguintes proposições, passando a tramitar a partir desta data. PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/2014 – Acresce parágrafos ao art. 144 e modifica o § 1º do art. 149, ambos da Lei Orgânica do Município de Sete Lagoas. PROJETO DE LEI Nº 165/2014 – Regulamenta o Exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias no âmbito do Município. Estabelece o Plano de Carreiras e dá outras providências. (Em caráter de urgência). PROJETO DE LEI Nº 166/2014 – Dispõe sobre o Programa Municipal de Incentivo à Recuperação de Créditos Decorrentes Tarifas de Água e Esgoto do SAAE – Serviço Autônomo de água, Esgoto e Saneamento Urbano de Sete Lagoas, inscritos ou não em Dívida Ativa e em Fase de Execução Fiscal e dá outras providências. (Em caráter de urgência). O Senhor Presidente convidou a Senhora Rosimar Aparecida Gomes – Presidente do SINDSEL – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, para fazer a leitura do informativo da Sindsel, referente ao Décimo Terceiro Salário – Direito de todo Servidor Público. Na Sequência, inscritos para Comunicação Pessoal dos Senhores Vereadores: Milton Maurício Martins, Ismael Soares de Moura, Marcelo Pires Rodrigues, Renato Gomes, Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento, Dalton Antônio de Avelar de Andrade, Cláudio Henrique Nacif Gonçalves, Décio Márcio Majela Abreu, Jeferson Douglas Soares Estanislau, Alcides Longo de Barros, Euro de Andrade Lanza e Milton Luiz Saraiva. Na sequência, o Senhor Presidente, solicitou dos Senhores Vereadores a apresentação de suas matérias, sem discussão. O vereador Alcides Longo de Barros apresentou o Requerimento Nº 1704/2014, Projeto de Lei Nº 163/2014, Projeto de Decreto Legislativo Nº 84 e Nº 87/2014. O vereador Cláudio Henrique Nacif Gonçalves apresentou o Pedido de Providência Nº 4502/2014 e o Projeto de Decreto Legislativo Nº 90/2014. O vereador Dalton Antônio de Avelar Andrade apresentou o Pedido de Providência Nº 4533, Nº 4535 e Nº 46 e Nº 47/2014, Projeto de Decreto Legislativo Nº 82/2014 e o Anteprojeto de Lei Nº 160/2014. O vereador Euro de Andrade Lanza apresentou Moção Nº 605/2014 (subscrita por vários vereadores) e o Anteprojeto Nº 158/2014. O vereador Décio Márcio Majela Abreu apresentou os Pedidos de Providência Nº 4137, Nº 4138, Nº 4139, Nº 4140, Nº 4141, Nº 4184, Nº 4185, Nº 4187, Nº 4188, Nº 4190, Nº 4191, Nº 4193, Nº 4194, Nº 4195/2014, Projeto Decreto Legislativo Nº 85 e Nº 86/2014 e a Moção Nº 611/2014. O vereador Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento apresentou os Pedidos de Providência Nº 4510, Nº 4511, Nº 4512, Nº 4513, Nº 4514, Nº 4515, Nº 4516, Nº 4517, Nº 4518, e Moção Nº 623/2014 (congratulado o Studio. O vereador Ismael Soares de Moura apresentou os Pedidos de Providência Nº 4519, Nº 4522 e Nº 4523/2014 e as Moções Nº 620 e Nº 622/2014. O vereador Jeferson Douglas Soares Estanislau apresentou os Pedidos de Providência Nº 4488, Nº 4489, Nº 4490, Nº 4491, Nº 4492, Nº 4493, Nº 4494, Nº 4495, Nº 4496, Nº 4497, Nº 4498, Nº 4499, Nº 4501, Nº 4524/2014 e os Requerimentos Nº 1688, Nº 1701, Nº 1702, Nº 1703, Nº 1709/2014 e solicitou que a Câmara Municipal em nome de todos os vereadores enviasse uma Moção de Pesar para o Sr. Antônio Rogério Teixeira, pelo falecimento do seu pai. O vereador João Evangelista Pereira de Sá apresentou os Pedidos de Providência Nº 4533, Nº 4535 e Nº 4536/2014 e o Requerimento 1690/2014 e as Moções Nº 602, Nº 603, Nº 607, Nº 608, Nº 609, Nº 613, Nº 614 ao Nº 619/2014, Substitutivo Nº 001/2014, Projeto Decreto Legislativo Nº 91/2014. O vereador Joaquim Gonzaga Barbosa apresentou os Pedidos de Providência Nº 4508, Nº 4529 e Nº 4530/2014 e o Requerimento Nº 1705 e Substitutivo Nº 001/2014 ao Projeto de Lei Nº 129/2014. O vereador Marcelo Pires Rodrigues apresentou o Requerimento Nº 1710/2014, Moção Nº 621/2014, Emenda Aditiva Nº 001/2014 ao Projeto de Lei Nº 149/2014, Projeto de Lei Nº 164/2014. O vereador Milton Luiz Saraiva apresentou o Pedido de Providência Nº 4534/2014. O vereador Milton Maurício Martins apresentou os Requerimentos Nº 1691, Nº 1692, Nº 1693, Nº 1694, Nº 1695, Nº 1696, Nº 1697, Nº 1698, Nº 1699, Nº 1700, Nº 1706, Nº 1707, Nº 1708/2014, Indicação Nº 45/2014 e Anteprojeto de Lei Nº 159/2014. O vereador Renato Gomes apresentou o Requerimento Nº 1711/2014 e os Projetos de Decretos Nº 81 e Nº 88/2014 e o Requerimento Nº 1711/2014. Dando sequência, as Comissões Permanentes desta Casa, apresentaram pareceres favoráveis nas matérias contidas na Ordem do Dia, exceto o Projeto de Lei Nº 108/2014 que recebeu Parecer Contrário da Comissão de Legislação e Justiça e da Comissão de Fiscalização Financeira Orçamentária e de Tomada de Contas. Passou-se a votação e discussão da Ordem do dia. O vereador Milton Luiz Saraiva como Líder do Prefeito sobrestou o Projeto de Lei Nº 108/2014 e também solicitou a devolução do Projeto de Lei Nº 138/2014, conforme ofício do Executivo. TURNO ÚNICO DE VOTAÇÃO: ANTEPROJETO DE LEI Nº 142/2014 INSTITUI O “PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO A DOAÇÃO”, CRIANDO O SERVIÇO DE COLETA MÓVEL DE SANGUE NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS AUTORIA: VEREADORA MARLI APARECIDA BARBOSA. Em discussão, inscritos os vereadores Milton Maurício Martins, Jeferson Douglas Soares Estanislau, Décio Márcio Majela Abreu e Marli Aparecida Barbosa. Em votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade dos presentes. PROJETO DE LEI Nº 147/2014 - DENOMINA PONTE – FRANCISCO JOAQUIM DORNAS FILHO “CHICO DORNAS” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTORIA: VEREADOR ALCIDES LONGO DE BARROS. Em discussão, inscritos os vereadores Euro Andrade Lanza, Décio Márcio Majela Abreu e Alcides Longo de Barros. O Vereador Renato Gomes solicitou vistas ao Projeto, sendo acatado pelo Senhor Presidente. Em seguida, o vereador Renato Gomes solicitou a inclusão do mesmo na ordem do dia. O Senhor Presidente colocou em votação a solicitação do Vereador Renato Gomes, sendo aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente colocou em votação o PROJETO DE LEI Nº 147/2014, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/2014 - ACRESCENTA-SE O SEQUINTE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 76 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS. AUTORIA: VEREADOR JOAQUIM GONZAGA BARBOSA + 06 VEREADORES. Em votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade dos presentes. PARECER CONTRÁRIO CONJUNTO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE TOMADA DE CONTAS AO PROJETO DE LEI Nº 108/2014 - APROVA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS PARA FINS DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, PARA O EXERCÍCIO DE 2015. Retirado pelo Líder do Prefeito Vereador Milton Luiz Saraiva. PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 138/2014 ALTERA A LEI Nº 8.344 DE 14 DE MAIO DE 2014 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS”. Retirado pelo Presidente conforme ofício do Executivo, solicitando devolução. EMENDA MODIFICATIVA Nº 001 ACOPLADA AO PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE TOMADA DE CONTAS AO PROJETO DE LEI Nº 149/2014 ALTERA A LEI Nº 8.377 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS”. Retirado por motivo de Emenda apresentada pelo vereador Marcelo Pires Rodrigues. 1º TURNO DE VOTAÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 149/2014 ALTERA A LEI Nº 8.377 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS”. AUTORIA: CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. Retirado por motivo de Emenda apresentada pelo vereador Marcelo Pires Rodrigues. PROJETO DE LEI Nº 141/2014 INSTITUI O “DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA O ABORTO” NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS. AUTORIA: VEREADORA MARLI APARECIDA BARBOSA. Em discussão, inscritos os vereadores Décio Márcio Majela Abreu, Milton Maurício Martins e Marli Aparecida Barbosa. Em votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade dos presentes. PROJETO DE LEI Nº 153/2014 ALTERA A LEI Nº 8.099 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 QUE “DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PLANTÕES E DE HORÁRIO ESPECIAL PARA FUNCIONAMENTO DAS FARMÁCIAS E DROGARIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. AUTORIA: VEREADOR EURO DE ANDRADE LANZA. Em discussão, inscritos os vereadores Milton Maurício Martins, Jeferson Douglas Soares Estanislau, Marcelo Pires Rodrigues, Décio Márcio Majela Abreu e Euro de Andrade Lanza. Em votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade dos presentes e justificativa de voto do vereador Milton Luiz Saraiva. O vereador Jeferson Douglas Soares Estanislau ausentou-se do Plenário. PROJETO DE LEI Nº 162/2014 AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL – FAR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” DO GOVERNO FEDERAL PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES. AUTORIA: CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. Retirado pelo Senhor Presidente desta Casa, em concordância ao relator da Comissão de Legislação e Justiça. 2º TURNO DE VOTAÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 127/2014 INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO ELEITOR NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTORIA: VEREADOR FABRÍCIO AUGUSTO CARVALHO DO NASCIMENTO. Em votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade dos presentes. TURNO ÚNICO DE VOTAÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 070/2014 – CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE SETE LAGOAS AO SR. LUIZ FERNANDO FARIA. AUTORIA: VEREADOR EURO DE ANDRADE LANZA. O Senhor Presidente designou os vereadores Joaquim Gonzaga Barbosa e Alcides Longo de Barros como escrutinadores, constatando-se 15 votos favoráveis, sendo aprovado. Ausência: Gilberto Pereira da Silva e Jeferson Douglas Soares Estanislau. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 071/2014 – CONCEDE DIPLOMA DE MÉRITO AO SR. BRENO JOSÉ MACHADO. AUTORIA: VEREADOR EURO DE ANDRADE LANZA. O Senhor Presidente designou os vereadores Cláudio Henrique Nacif Gonçalves e Marli Aparecida Barbosa como escrutinadores, constatando-se 15 votos favoráveis, sendo aprovado. Ausência: Gilberto Pereira da Silva e Jeferson Douglas Soares Estanislau. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 072/2014 – CONCEDE DIPLOMA DE MÉRITO DE SETE LAGOAS AO SR. VLADIMIR DIAS MACHADO. AUTORIA: VEREADOR EURO DE ANDRADE LANZA. O Senhor Presidente designou os vereadores Décio Márcio Majela Abreu e Milton Maurício Martins como escrutinadores, constatando-se 15 votos favoráveis, sendo aprovado. Ausência: Gilberto Pereira da Silva e Jeferson Douglas Soares Estanislau. O Vereador Milton Luiz Saraiva solicitou do Senhor Presidente que as Redações Finais fossem votadas em bloco. O Senhor Presidente colocou em votação a solicitação do vereador Milton Luiz Saraiva, sendo aprovado por unanimidade. TURNO ÚNICO DE VOTAÇÃO: REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 050/2014 INSTITUI A SEMANA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; a REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 146/2014 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO – RUA CLÁUDIO DE ANDRADE ROCHA; a REDAÇÃO FINAL DO ANTEPROJETO DE LEI Nº 147/2014 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BANCO DE LEITE HUMANO NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; a REDAÇÃO FINAL DO ANTEPROJETO DE LEI Nº 120/2014 DISPÕE SOBRE O INCENTIVO FISCAL À CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Todas as redações finais foram aprovadas em bloco. EM DESTAQUE: Requerimento Nº 1688/2014 de autoria do Vereador Jeferson Douglas Soares de Melo e subscrito por nove vereadores - que solicita o pagamento do Décimo Terceiro Salário, referente ao final do exercício financeiro do ano de 2014, de todos os servidores municipais. Em discussão, inscritos os vereadores: Marcelo Pires Rodrigues, Milton Maurício Martins e Cláudio Henrique Nacif Gonçalves. Em votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade dos presentes. Colocado em votação 50 Pedidos de Providência, 22 Requerimentos, 19 Moções (incluindo Moção de Pesar Verbal de autoria do Vereador Jeferson Douglas Soares Estanislau) e 03 indicações, sendo todos aprovados por unanimidade dos presentes. Ato contínuo, esgotada a pauta e não havendo mais nenhum orador inscrito e nada a ser tratado, o Senhor Presidente, nos termos regimentais encerrou a presente reunião, da qual lavrou-se esta ata que, após aprovação será assinada por todos os vereadores presentes nesta reunião. A íntegra desta reunião ordinária encontra-se à disposição de todos na Secretaria Especial de Comunicação desta Casa Legislativa. Sete Lagoas, dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, Milton Maurício Martins, 1º Secretário.//

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2014 COM O OBJETIVO DE DEMONSTRAR RELATORIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2014

Em conformidade ao edital de Audiência Pública nº 016/2014 publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo de Sete Lagoas nº 139 de 17/10/2014, e comunicado de adiamento da realização desta publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo de Sete Lagoas nº 150 de 30/10/2014, e de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do art. 9º, em seu parágrafo 4º, a Câmara Municipal de Sete Lagoas realizou no dia 07 de novembro de 2014, no Plenário Deputado Wilson Tanure audiência pública com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2014 e o relatório bimestral resumido da execução orçamentária, nos termos dos arts. 52 a 55 da Lei Complementar nº 101/2000. A abertura da reunião foi realizada pelo Cerimonial desta Casa, que convidou para compor a mesa os Vereadores membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas: Renato Gomes – Presidente; Joaquim Gonzaga Barbosa – Relator e Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento – membro; Mário Sérgio Ribeiro de Araújo – Secretário Municipal da Fazenda; João Augusto Lanza – Controladoria do Município; Daniel Dias Tavares – Assessor Contábil do Município; Jorge Roberto da Silva – Controlador do Controle Interno da Câmara Municipal de Sete Lagoas; e vereadores presentes. O Cerimonial passou a palavra ao Vereador Renato Gomes, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas, para suas considerações iniciais. Cumprimento a todos e solicitou ao cerimonial que fizesse a leitura dos pontos importantes do edital que oficializou esta audiência, uma vez que o mesmo encontra-se devidamente publicado e disponibilizado no site oficial desta Casa Legislativa. Após a leitura, o Cerimonial justificou a ausência dos Vereadores Ismael e Gilberto. O presidente desta Audiência, Vereador Renato Gomes, solicitando objetividade na audiência, passou a palavra ao Sr. João Lanza que repassou a palavra ao Sr. Daniel para as devidas explanações de acordo com a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele informou que houve diversas participações para execução do mesmo. Citou o objetivo desta, referente aos meses maio e agosto de 2014 e seu embasamento no artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição Federal. Apresentou um relatório contendo o Resumo da receita por categoria, composição das receitas correntes até o 2º quadrimestre de 2014 no valor total da arrecadação, onde apresenta o SAAE com maior arrecadação. Receita FPM até o 2º quadrimestre/2014, fazendo um comparativo do mesmo período de 2013 com 2014, onde tivemos uma variação de 7,94% no período. Receita ICMS, no mesmo período teve 6,17% de variação. Receita IPVA, no mesmo período teve uma variação de 10,85%. Receita IPI no mesmo período teve uma variação de 7,89%. Receita ISSQN no mesmo período teve uma variação de 12,37%. Receita IPTU no mesmo período teve uma variação de 7,45%. Receita ITBI no mesmo período teve uma variação de 22,69%. Apresentou um quadro comparativo da Receita Corrente Líquida acumulada de janeiro a agosto de 2013 e janeiro a agosto de 2014, bem como a evolução da despesa total com pessoal nos últimos 12 meses, de setembro/2013 a agosto/2014. Foi apresentado o limite de despesa com pessoal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal apurado para os últimos 12 meses foi de 50,71%. Daniel apresentou quadros de limite de aplicação da despesa com pessoal dos últimos quadrimestres demonstrando limite constitucional e limite prudencial. Houve demonstrativo da avaliação da despesa com pessoal, do resumo da despesa por categoria, da despesa liquidada até o 2º quadrimestre de 2014, demonstrativo do índice constitucional da saúde, com despesas liquidadas e empenhadas até o 2º quadrimestre, onde o total do valor empenhado foi de R\$65.722.768,62 com 31,71% de aplicação; e o total do valor aplicado foi de R\$50.465.301,37 com 24,35% de aplicação. No quadro demonstrativo do índice constitucional da educação, o valor empenhado foi de R\$50.289.947,64 com aplicação de 24,26%, e o valor aplicado foi de R\$44.078.348,57 com aplicação de 21,26%. Os investimentos de 2014: empenhado- R\$122.668.047,43; liquidado – R\$54.881.383,54. Houve também um demonstrativo da dívida consolidada líquida. Informou que outro importante indicador da prudência fiscal definido pela LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade financeira. Em 30/04/2014 os restos a pagar, ou dívidas de curto prazo do Município somaram R\$80.307.734,66 e em 31/08/2014 esse valor caiu para R\$70.186.774,64, representando um decréscimo de 12,60%. A relação “disponibilidades/restos a pagar” foi de 98,64% no final do 2º quadrimestre de 2014. Finalizou informando que a situação do Município até o 2º quadrimestre/2014 é o seguinte: receita total: R\$346.123.223,98 – despesa total realizada: 318.451.433,90 – superávit: 26.671.790,08. Após questionamentos dos vereadores que demonstraram preocupação com a redução de algumas receitas, e explicação do Sr. Daniel que justificou a queda da arrecadação, com a seguinte fala: todo 2º quadrimestre, até novembro, a arrecadação municipal costuma cair devido à devolução de Imposto de Renda, que é arrecadado e enviado para a União. Quando há repasse do Fundo de participação dos municípios, isso é reduzido, recuperando em dezembro. Fizemos todas as projeções para cumprir todas as obrigações que temos que cumprir até o final do ano, mas ainda é preciso reduzir gastos. O Presidente, Vereador Renato Gomes, disse que os vereadores farão uma reunião interna para analisar e discutir o assunto, levando-o ao plenário na Reunião Ordinária da próxima terça-feira. Ele também ressaltou a preocupação com o pagamento dos servidores públicos no fim de ano. Quando se trata de uma situação financeira, é uma preocupação que temos. O que mais nos preocupa é o pagamento com o funcionário público e o Executivo terá que desdobrar para cumprir com essa obrigação. Passou a palavra ao Sr Daniel para suas considerações finais, e este disse que o Executivo tem que cumprir com suas obrigações, caso contrário, o Município terá suas contas rejeitadas e não terá nenhuma possibilidade de negociação junto aos governos estadual e federal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradeceu a presença de todos, determinou a lavratura da ata e encerrou os trabalhos. A íntegra desta Audiência Pública encontra-se à disposição na Secretaria Especial de Comunicação desta Casa Legislativa. Sala das Sessões, 07 de novembro de 2014. Jaqueline Helena Alves, matrícula 004, Secretaria Geral da Câmara

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.384/2014

Concede Título de Cidadania Honorária de Sete Lagoas/MG.

O Plenário da Câmara Municipal de Sete Lagoas/MG aprovou, e o Sr. Presidente no uso das atribuições que conferem o parágrafo único do art. 85 da Lei Orgânica do Município de Sete Lagoas, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadania Honorária de Sete Lagoas/MG ao Senhor FRANCO FERNANDES BARBOSA.

Art. 2º A entrega da homenagem mencionada no artigo anterior será realizada em reunião solene da Câmara Municipal de Sete Lagoas, convocada estritamente para essa finalidade, a ser definida em Resolução própria.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sete Lagoas, 29 de dezembro de 2014.

MÁRCIO PAULINO
Presidente da Câmara

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.387/2014

Concede Título de Cidadania Honorária de Sete Lagoas/MG.

O Plenário da Câmara Municipal de Sete Lagoas/MG aprovou, e o Sr. Presidente no uso das atribuições que conferem o parágrafo único do art. 85 da Lei Orgânica do Município de Sete Lagoas, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadania Honorária de Sete Lagoas/MG ao Senhor LUCAS GONÇALVES DE BRITO.

Art. 2º A entrega da homenagem mencionada no artigo anterior será realizada em reunião solene da Câmara Municipal de Sete Lagoas, convocada estritamente para essa finalidade, a ser definida em Resolução própria.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sete Lagoas, 29 de dezembro de 2014.

MÁRCIO PAULINO
Presidente da Câmara

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.385/2014

Concede Diploma de Mérito Legislativo Municipal de Sete Lagoas/MG.

O Plenário da Câmara Municipal de Sete Lagoas/MG aprovou, e o Sr. Presidente no uso das atribuições que conferem o parágrafo único do art. 85 da Lei Orgânica do Município de Sete Lagoas, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Mérito Legislativo Municipal de Sete Lagoas/MG ao Senhor GERALDO ALVES PADRÃO.

Art. 2º A entrega da homenagem mencionada no artigo anterior será realizada em reunião solene da Câmara Municipal de Sete Lagoas, convocada estritamente para essa finalidade, a ser definida em Resolução própria.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sete Lagoas, 29 de dezembro de 2014.

MÁRCIO PAULINO
Presidente da Câmara

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.388/2014

Concede Diploma de Mérito Legislativo Municipal de Sete Lagoas/MG.

O Plenário da Câmara Municipal de Sete Lagoas/MG aprovou, e o Sr. Presidente no uso das atribuições que conferem o parágrafo único do art. 85 da Lei Orgânica do Município de Sete Lagoas, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Mérito Legislativo Municipal de Sete Lagoas/MG ao Senhor FREDERICO ALAN LEITE FERREIRA.

Art. 2º A entrega da homenagem mencionada no artigo anterior será realizada em reunião solene da Câmara Municipal de Sete Lagoas, convocada estritamente para essa finalidade, a ser definida em Resolução própria.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sete Lagoas, 29 de dezembro de 2014.

MÁRCIO PAULINO
Presidente da Câmara

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.386/2014

Concede Título de Cidadania Honorária de Sete Lagoas/MG.

O Plenário da Câmara Municipal de Sete Lagoas/MG aprovou, e o Sr. Presidente no uso das atribuições que conferem o parágrafo único do art. 85 da Lei Orgânica do Município de Sete Lagoas, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadania Honorária de Sete Lagoas/MG ao Senhor RENATO ALVARES DA SILVA.

Art. 2º A entrega da homenagem mencionada no artigo anterior será realizada em reunião solene da Câmara Municipal de Sete Lagoas, convocada estritamente para essa finalidade, a ser definida em Resolução própria.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sete Lagoas, 29 de dezembro de 2014.

MÁRCIO PAULINO
Presidente da Câmara

DECRETO LEGISLATIVO N° 1.389/2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DEBITAR EM CONTA CORRENTE DO PODER LEGISLATIVO VALORES REFERENTES À OPERAÇÃO DE CRÉDITO CONTRATADA JUNTO AO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – BDMG CONTRATO DE FINANCIAMENTO BDMG/BF 190.953/14 - PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO PRÓPRIO DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Plenário da Câmara Municipal de Sete Lagoas/MG aprovou, e o Sr. Presidente no uso das atribuições que conferem o parágrafo único do art. 85 da Lei Orgânica do Município de Sete Lagoas, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, por meio da gerência do Banco do Brasil, a realizar débito mensal em conta corrente do Poder Legislativo a ser indicada, correspondente ao crédito mensal na conta corrente do Poder Executivo nº 113.808-1 (PMSL-restituição conclusão sede Legislativo – BDMG), agência 0395-6, Banco do Brasil, referente a valores correspondentes à amortização da dívida principal e encargos financeiros, à operação de crédito contratada junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG – Contrato de Financiamento BDMG/BF 190.953/14, para conclusão da construção do prédio próprio da Câmara Municipal, aprovada pela Lei Municipal nº 8.312 de 27 de dezembro de 2013.

§1º Na hipótese dos recursos oriundos do contrato de financiamento descrito no caput não forem suficientes para conclusão da obra, o Poder Executivo deverá completar com recursos do Tesouro Municipal, podendo para tanto debitar estes valores do Poder Legislativo, conforme descrito neste artigo e mediante prévio acordo.

§2º Os débitos em conta corrente do Poder Legislativo deverão o-correr mensalmente, até o último dia útil de cada mês, iniciando-se em novembro de 2015 e findando em outubro de 2019.

Art. 2º Fica o Poder Executivo do Município obrigado a utilizar os recursos obtidos, por meio do contrato de financiamento BDMG/BF n.º 190.953/14 junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, exclusivamente para a conclusão da construção do prédio destinado a ser a sede da Câmara Municipal.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município obrigado a ceder, imediatamente após a conclusão das obras, ao Poder Legislativo, o prédio que será destinado a ser a Câmara Municipal.

Art. 4º A contratação mediante licitação pública, a fiscalização da execução das obras e o recebimento da mesma constituem responsabilidade exclusiva do Executivo Municipal.

Art. 5º As operações decorrentes do presente projeto serão classificadas como intra-orçamentárias.

Art. 6º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de dezembro de 2014.

MÁRCIO PAULINO DA SILVA TORRES
Presidente